

# JOTA

BOLSONARISMO

## A Constituição e o estômago presidencial

Bolsonaro afronta as instituições de direito ao afirmar que 'embrulha o estômago ter de cumprir a Constituição'

JOSÉ EDUARDO FARIA

29/03/2022 05:30



O presidente Jair Bolsonaro discursa em evento no Ceará. Crédito: Crédito: Isac Nóbrega/PR

“A falsidade deliberada trata com fatos contingentes, ou seja, com coisas que não trazem em si nenhuma verdade inerente, nenhuma necessidade de ser como são.”

Hannah Arendt

Dois dias depois de um **ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter acolhido recurso** apresentado por um partido político governista, que, sob a justificativa de que a legislação proíbe atos políticos em shows antes do início da campanha eleitoral, pedia a aplicação de uma multa a uma cantora que elogiara o ex-presidente Lula num festival de música, o presidente da República fez algo semelhante. Ele não apenas **lançou sua candidatura à reeleição**, infringindo a mesma legislação, como também afrontou as instituições de direito afirmando que *“embrulha o estômago ter de cumprir a Constituição”*.

A hipocrisia do presidente e de seu entorno, que não hesitam em bater nas portas dos tribunais para barrar atos de seus adversários, mas não hesitam em agredir a ordem constitucional quando ela não lhes favorece, é só um lado do problema. Desde sua posse, o inquilino do Planalto sempre recorreu à hipocrisia, radicalizando seu discurso contra adversários. A estratégia é conhecida, demagógica e torpe. O objetivo do presidente é criar inimigos, agredi-los moralmente e deslocar o eixo das discussões para questões menores, o que mascara ou oculta sua inépcia perante o eleitorado.

O outro lado do problema envolve o uso reiterado da mentira, a repetitiva negação da verdade dos fatos e a guerra de narrativas na vida política – temas que há mais de meio século foram objeto de dois brilhantes ensaios da filósofa alemã radicalizada nos Estados Unidos Hannah Arendt (1906-1975). Um desses ensaios foi publicado no livro *“Entre o passado e o futuro”*, lançado em 1954. O outro foi publicado na coletânea *“Crises da República”*, de 1969. Nesses dois textos, especialmente no segundo, a autora lembra que a capacidade de mentir e a capacidade de agir com o objetivo de mudar os fatos sempre tiveram uma mesma fonte: a imaginação.

---

## **Conheça o JOTA PRO Poder: nossa solução de monitoramento político para empresas**

Fatos necessitam de testemunho para serem lembrados e de testemunhas de confiança para se estabelecerem. Contudo, o problema é que as mentiras muitas vezes são mais plausíveis do que esses testemunhos, pois os mentirosos têm a vantagem de saber de antemão o que as plateias desejam ou esperam ouvir, diz ela. Por isso, políticos que mentem de modo contumaz, como o atual presidente, costumam preparar muito bem suas narrativas, para torná-las críveis perante o público. Já os políticos mais responsáveis e não mentirosos muitas vezes se

atrapalham quando surgem fatos inesperados com os quais não estão preparados para lidar.

O problema muda de figura quando as discussões, em vez de fatos, envolvem princípios. *“O mentiroso que consegue enganar com quantas falsidades comuns quiser verá que é impossível enganar com mentiras de princípios éticos, morais e políticos. Esta é uma das lições que podiam ter sido aprendidas das experiências totalitárias e da assustadora confiança de seus dirigentes no poder da mentira – na capacidade de reescreverem a história uma e outra vez para adaptar o passado à linha política do momento presente, ou de eliminarem dados que não se ajustam às suas ideologias”*, afirma Arendt.

Todavia, lembra a autora, a mentira só é eficiente quando o político mentiroso tem clara ideia da verdade que tenta esconder. Por isso, há sempre um ponto em que a mentira acaba se tornando contraproducente. E ele surge, justamente, quando o auditório para o qual as mentiras são dirigidas é forçado a menosprezar a fronteira entre a verdade e a falsidade. Nesse momento, *“já não importa mais o que seja, se sua vida depende de você agir como se acreditasse; a verdade digna de confiança desaparece por completo da vida pública e, com ela, o principal fator de estabilização nos cambiantes assuntos dos homens. Nesse sentido, mesmo que não prevaleça em público, a verdade possui uma primazia inerradicável sobre qualquer falsidade”*, lembra a autora.

Decorre daí a importância das liberdades de expressão, de manifestação do pensamento e de opinião, diz Arendt – seja em espetáculos artísticos ou em textos publicados pela imprensa livre, digo eu. Não foi por acaso que, no show de música em que uma cantora elogiou o adversário do atual presidente no pleito de outubro próximo, a cúpula do bolsonarismo rapidamente apelou para o **TSE** com o objetivo de intimidar a classe artística, tentando evitar que seus membros façam manifestações políticas em favor de candidatos de oposição. E também não foi por acaso que, todas as vezes em que o Supremo Tribunal Federal (**STF**) decide contrariamente aos seus interesses, o presidente da República afronta alguns de seus ministros e afirma que *“cumprir a Constituição embrulha o estômago”*.

Retomando outro argumento de Hannah Arendt, cujo pensamento se destaca por uma incrível atualidade no atual momento brasileiro, enquanto essa corte continuar preservando a Constituição, o direito à informação não manipulada dos fatos, *“sem a qual a liberdade de opinião não passaria de uma farsa cruel”*, estará garantido. Por mais tosco, ignaro e carente de princípios éticos, morais e políticos que seja, o atual inquilino do Palácio do Planalto tem clara consciência disso. Não por leitura, mas por intuição, ele sabe, como dizia Arendt, que *“a verdade nunca esteve entre as virtudes*

*políticas” e que “as mentiras sempre foram encaradas como instrumentos justificáveis” na vida política.*

Foi justamente por isso que, em vez de comemorar a vitória que obteve sexta-feira no TSE, o presidente da República optou por tentar, mais uma vez, desqualificar a Constituição em sua inconstante e irresponsável arenga no domingo.

## Conheça o JOTA PRO Poder

---

**JOSÉ EDUARDO FARIA** – Professor titular da Faculdade de Direito da USP. Chefe do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito. Participou do grupo de advogados que preparou o pedido de impeachment de Fernando Collor e assina o pedido de petição de Jair Bolsonaro feito pelo jurista Miguel Reale Jr.

**É estudante ?  
Aproveite as condições especiais para quem está na  
graduação, mestrado ou doutorado.**

ASSINE

Os artigos publicados pelo JOTA não refletem necessariamente a opinião do site. Os textos buscam estimular o debate sobre temas importantes para o País, sempre prestigiando a pluralidade de ideias.